



COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL
XII Legislatura – 2ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO CENTO E DOIS

Em nove de abril de dois mil e treze, cerca das dez horas e quarenta minutos, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número cinco do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:

- Efetivos

Ramos Preto (PS); António Leitão Amaro (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Renato Sampaio (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto BE); Heloísa Apolónia (PEV)

- Suplentes

Paulo Cavaleiro (PSD); Pedro Pimpão (PSD); Nuno André Figueiredo (PS); João Gonçalves Pereira (CDS-PP); Paula Santos (PCP)

Faltas

António Prôa (PSD); Bruno Vitorino (PSD); Carlos Abreu Amorim (PSD); José Junqueiro (PS)

Após a verificação do quórum, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS), declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Audições no âmbito da PPL N.º 122/XII-GOV “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”

10H30 - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL);

12H00 - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP).

2 - Aprovação das Atas 95, 96 e 97

3 - Projetos de Resolução:

- PJR n.º 650/XII-PS - Recomenda ao Governo que garanta a finalização das infraestruturas do Empreendimento do Baixo Mondego e promova a constituição de uma Associação de Utilizadores ou de Gestão do Empreendimento de Fins Múltiplos, para o Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego

- PJR n.º 661/XII-BE - Recomenda ao Governo que os relatórios das inspeções às autarquias voltem a ser de acesso público

4 - Programa de Trabalho de Comissão Europeia para 2013 - seleção de iniciativas no âmbito da CAOTPL

5 - Outros Assuntos.

1 - AUDIÇÕES no âmbito da apreciação da PPL N.º 122/XII-GOV “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”

- AUDIÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (STAL)

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL ([20130409](http://ar.net/20130409)) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130409caotpl_stal.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor Presidente da Comissão, após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação do STAL, composta pelos respetivos Senhor Presidente, Francisco José dos Santos Braz e Senhor Vice-Presidente, José Joaquim de Miranda Correia e pelo Senhor Dr. José Maria Torres, jurista.

O Senhor Presidente do STAL, com base em documento que entregou à Comissão, abordou, em síntese, as seguintes questões: secundarização do Poder Local pela atual política governamental; a Administração Central como uma das três áreas de Poder previstas na Constituição da República, para além da Administração Central e da Administração Regional; a Administração Local apresentada como agente de despesismo e grande custo, quando os últimos dados revelam que a Administração Pública teve, em 2012, um défice de cerca de dez milhões de euros e a Administração Local teve um excedente de cerca de novecentos e sessenta e cinco milhões de euros e a Dívida Bruta das Administrações Públicas atingiu cerca de duzentos e quatro milhões de euros e a Dívida Bruta da Administração Local se ficou por cerca de quatro mil e novecentos milhões de euros; preocupação com os trabalhadores da Administração Local dos quais saíram cerca de vinte mil nos últimos dois anos, passando de cento e trinta mil para os atuais cerca de cento e dez mil trabalhadores; PPL nº 122/XII/2ª - asfixia financeira, com cortes de grande dimensão, reduzindo de cerca de 25% para 18% a participação dos Municípios na partilha de recursos públicos e passando de 2,5% para 2% a participação das Freguesias/consequente problema social face a estas reduções da capacidade de intervenção dos Municípios e das Freguesias; eliminação do IMT enquanto receita de imposto devido aos Municípios nas transações imobiliárias; afetação do acréscimo de cobrança do IMI não para os Municípios mas para um Fundo de Apoio Municipal para resgate de municípios em insolvência, afetando os que ainda não estão falidos a pagar aquele resgate; ANMP considerou esta PPL de inaceitável, o que merece a concordância do STAL. Fez ainda entrega do Documento Base da Conferência "Impactos das Políticas Neoliberais no Poder Local - serviços públicos, trabalhadores e democracia", promovida pelo STAL e a CGTP em Setembro último.

Em seguida, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD) (princípio constitucional da autonomia das Autarquias Locais; medidas positivas previstas na PPL nº 122/XII/2ª no sentido de assegurar os meios para a ação das Autarquias Locais; possibilidade de a lei do O.E. impor limites adicionais à dívida anual autárquica bem como à prática de actos que determinem a assunção de encargos financeiros com impactos nas contas públicas das Autarquias Locais e ainda que o O.E. possa também determinar transferências deste de montante inferior ao que resultaria da aplicação da nova lei de finanças locais/regime transitório nesta fase excecional das contas públicas nacionais), a Senhora Deputada Idália Serrão (PS) (reforma da Administração Territorial Autárquica em curso-redução de trabalhadores da Administração Local/redução de cerca de mil Freguesias/redução do setor empresarial local; PPL nº 122/XII/2ª-não possibilita meios para obviar a situações de calamidades/impacto negativo no funcionamento das Autarquias Locais), a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) (enquadramento da reforma da Administração Local em curso; PPL nº 122/XII/2ª- visa ajustar as receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a administração central e local, contribuindo, assim, para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro; Fundo de Apoio Municipal/financiamento e sustentabilidade das Autarquias Locais/princípio da transparência/equilíbrio entre receitas e endividamento/relevância do papel das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais para o desenvolvimento local;

receita do IMI), a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) (PCP subscreve preocupações do STAL quanto à situação de desmantelamento do Poder Local Democrático criada pela reforma da Administração Local em curso; PPL nº 122/XII/2ª: violadora dos princípios da autonomia das Autarquias Locais e da justa repartição dos recursos do Estado; ingerência da Administração Central na autonomia do Poder Local/possibilidade de o O.E. alterar as condições de regime financeiro das Autarquias/impactos negativos no planeamento das Autarquias e nos serviços que prestam) e a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (enquadramento constitucional do Poder Local versus as medidas já tomadas na Reforma das Autarquias Locais e previstas na PPL nº 122/XII/2ª- põe em causa a justa repartição entre o Estado e a Administração Local/redução de meios conducente à saída de mais trabalhadores da Administração Local, na senda da saída de cerca de vinte mil já ocorrida nos últimos dois anos e outros condicionalismos que implicarão a quebra da capacidade de ação das Autarquias ao serviço das populações).

Depois, o Senhor Presidente do STAL usou novamente da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída esta audição, eram cerca das onze horas e quarenta minutos.

- Aproveitando o hiato até à hora marcada para a próxima audição, o Senhor Presidente da Comissão sugeriu que se procedesse de imediato à apreciação dos restantes pontos da Ordem do Dia, o que foi aceite por consenso de todos os Senhores Deputados presentes.

2 - APROVAÇÃO DAS ATAS 95, 96 E 97

Apreciadas as atas números noventa e cinco, noventa e seis e noventa e sete das reuniões da CAOTPL realizadas, respetivamente, em treze, catorze e dezanove de março de dois mil e treze, foram todas aprovadas por unanimidade, estando ausente o PEV.

3 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

- PJR nº 650/XII/2ª-PS "Recomenda ao Governo que garanta a finalização das infraestruturas do Empreendimento do Baixo Mondego e promova a constituição de uma Associação de Utilizadores ou de Gestão do Empreendimento de Fins Múltiplos, para o Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego"

Atenta a vontade do Grupo Parlamentar proponente desta iniciativa expressa pelo Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) e as competências previstas da Comissão de Agricultura e Mar, foi deliberado por consenso solicitar a S.E. a PAR a respetiva redistribuição àquela comissão.

- PJR nº 661/XII/2ª-BE "Recomenda ao Governo que os relatórios das inspeções às autarquias voltem a ser de acesso público"

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) informou que esta iniciativa devia ser apreciada em sessão plenária da A.R.

Em face do exposto, o Senhor Presidente da Comissão ficou de proceder às diligências de reencaminhamento das referidas iniciativas, para os devidos efeitos regimentais.

4 - PROGRAMA DE TRABALHO DE COMISSÃO EUROPEIA PARA 2013 - SELEÇÃO DE INICIATIVAS NO ÂMBITO DA CAOTPL

Atenta a informação sobre o assunto da autoria da assessoria técnica da Comissão e na sequência de intervenções dos Senhores Deputado Pedro Farmhouse (PS) e Deputado António Leitão Amaro (PSD), foi deliberado por consenso, no sentido de resposta à Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, revestir-se de interesse acompanhar, designadamente, as seguintes iniciativas europeias previstas para 2013-2014:

- “37. Estratégias da EU em matéria de adaptação às Alterações climáticas;
- “38. Novo quadro relativo à energia e às alterações climáticas no período até 2030;
- “39. Revisão da estratégia temática sobre a poluição atmosférica e da legislação associada;
- “40. Revisão da política e da legislação em matéria de resíduos;
- “41. Quadro de avaliação ambiental em matéria de clima e energia que permita a extração segura de hidrocarbonetos não convencionais;
- “54. Preparação da posição da EU sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015;
- “55. Preparação da posição da EU sobre o seguimento da Conferência Rio+20 incluindo a criação de objetivos de desenvolvimento sustentável.”

7 - OUTROS ASSUNTOS

- Iniciativa da CAOTPL, sob proposta do GP do PCP, no âmbito da Candidatura da Arrábida a Património Mundial da Humanidade

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) suscitou a questão de, até à data, ainda não ter sido concretizada a referida iniciativa, incluída no plano de atividades da Comissão para a corrente sessão legislativa, tendo sugerido que a mesma possa ocorrer no final de maio ou início de junho próximos, num dos dias de reunião ordinária da Comissão.

O Senhor Presidente da Comissão observou que a sobrecarregada agenda de trabalho legislativo desta Comissão ainda não tinha possibilitado a realização da referida iniciativa, tendo ficado de considerar a respetiva oportunidade nas datas sugeridas. Neste mesmo sentido se pronunciou também o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD).

- Convite do Presidente Executivo do Conselho de Administração das Águas de Portugal-AdP para visita da CAOTPL à ETAR de Alcântara

O Senhor Presidente da Comissão referiu que este convite havia sido apresentado à Comissão no decurso da Audição realizada à Administração do Grupo AdP em dezanove de março último, no âmbito da análise da PPL nº 123/XII-GOV e da PPL nº 125/XII-GOV, pelo que também a oportunidade da realização desta visita seria ponderada até ao final da corrente sessão legislativa.

- Realização na Assembleia da República de dois encontros internacionais sobre energias renováveis e eficiência energética

O Senhor Presidente da Comissão deu conhecimento de S.E. a PAR ter concordado com a realização das referidas iniciativas na A.R., sob proposta dos Senhores Deputado António Ramos Preto (PS), Deputado Luís Álvaro Campos Ferreira (PSD) e Deputado António Leitão Amaro (PSD), a solicitação da organização europeia “EUFORES- European Forum for Renewable Energy Sources e na sequência da participação dos referidos Senhores Deputados em encontros internacionais da União Europeia e do Parlamento Europeu dedicados aos referidos temas. Acrescentou que a primeira das iniciativas, a realizar na tarde de catorze de maio próximo, seria um Workshop “Keep on Track” - análise e discussão dos sectores das energias renováveis e eficiência energética em Portugal, dirigido a Deputados da A.R. e que a segunda iniciativa, a realizar, em princípio, em vinte e um e vinte e dois de novembro próximo, seria o Encontro Anual Interparlamentar da EUFORES, reunindo Deputados do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais e regionais dos vários Estados Membros.

1 (continuação) - AUDIÇÃO, no âmbito da apreciação da PPL Nº 122/XII-GOV “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”,

DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS (SINTAP).

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL (20130409) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130409caotpl_sintap.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor Presidente da Comissão, após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação do SINTAP, constituída pelos respetivos Senhores Vice-Secretários Gerais, José Abraão e Dr. Ricardo Freitas.

O Senhor José Abraão abordou, em síntese, as seguintes questões: PPL nº 122/XII/2ª enquadra-se na Reforma Administrativa Autárquica em curso, a qual merece reservas por parte do SINTAP; corte de meios financeiros às Autarquias Locais tem levado à saída de trabalhadores Administração Local para além do que estava previsto no Memorando de Entendimento; a PPL em análise levará ao agravamento da situação das Autarquias Locais, com redução significativa das receitas dos Municípios e consequentes diminuição na respetiva prestação de serviços às populações e em mais despedimentos de trabalhadores. Por sua vez e em complemento, o Senhor Dr. Ricardo Freitas disse, em resumo, que a Reforma da Administração Local em curso não merece consenso, pelo que a breve trecho a legislação que nesse âmbito tem vindo a ser aprovada terá de ser alterada, no sentido de obter a confiança de todas as partes envolvidas neste assunto.

Em seguida, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Fernando Marques (PSD) (necessidade de atualização da atual Lei das Finanças Locais/que melhorias à PPL nº 122/XII/2ª; eliminação do IMT; afetação do IMI às Autarquias Locais; derrama), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (implicações do O.E. na Administração Autárquica em termos de pessoal e serviços a prestar; novo quadro organizativo, designadamente em termos de pessoal, decorrente da extinção/agregação de Freguesias; Lei dos Compromissos; alteração do Setor Empresarial Local; novo regime de atribuições e competências das Autarquias e respetivo envelope financeiro; corte superior a 20% de meios financeiros para os Municípios e Freguesias; protocolos de delegação de competências dos Municípios para as Freguesias; novo quadro financeiro das Autarquias: consequências para os Trabalhadores da Administração Local/capacidade de meios técnicos e dos serviços a prestar às populações), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) (atual número de trabalhadores das Freguesias e impacto da nova lei na eventual redução destes; extinção de empresas municipais/impacto no despedimento de trabalhadores e nos setores cultural e social/capacidade das Autarquias Locais para prestar estes serviços às populações; Lei dos Compromissos; a nova lei e o IMI rústico-transferência dos Municípios para as Freguesias) e a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) (questões postas em causa pela proposta de lei em análise: Poder Local Democrático; princípios da autonomia das Autarquias Locais e da justa repartição dos recursos do Estado entre a Administração Central e a Administração Local; impacto da nova lei de finanças locais na qualidade e proximidade da prestação de serviços públicos pelas Autarquias Locais; regras previstas na PL nº 122/XII/2ª possibilita a interferência do O.E. no planeamento plurianual dos Municípios, dificultando tal planeamento).

Depois, os Senhores Vice-Secretários Gerais do STAL José Abraão e Dr. Ricardo Freitas usaram novamente da palavra acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída esta audição.



Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS) deu por finda esta reunião, eram cerca das treze horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Comissão,

António Ramos Preto

JF/